

## **ANEXO C · FONTES OFICIAIS E ESTATUTO DE LEITURA**

---

## Anexo C · Fontes oficiais e estatuto de leitura

A lista abaixo identifica as fontes efetivamente usadas no Vol. 9 e, quando indicado, fontes mantidas apenas para controle de superveniência. Para matéria local, a fonte do ente é indispensável; uma orientação federal não cria regra de aposentadoria de Estado ou Município.

| Fonte                                                                                   | Função no volume                                                                                          | Estatuto em 08/09/2026                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| Constituição Federal, arts. 37, 40 e 201, § 9º                                          | arquitetura do RPPS, acumulação, filiação e contagem recíproca                                            | primária                                                     |
| EC nº 103/2019                                                                          | alcance, regras da União, transições, cálculo, RPC e normas gerais                                        | primária                                                     |
| EC nº 41/2003                                                                           | paridade nos fundamentos aos quais a EC nº 103 remete                                                     | primária                                                     |
| EC nº 47/2005                                                                           | regras de transição históricas referidas na identificação de fundamentos                                  | primária                                                     |
| LC nº 142/2013                                                                          | aposentadoria da pessoa com deficiência aplicada ao servidor federal por remissão do art. 22 da EC nº 103 | primária complementar                                        |
| LC nº 51/1985                                                                           | aposentadoria especial policial utilizada pela disciplina específica da PCDF                              | primária complementar                                        |
| Lei nº 9.717/1998                                                                       | normas gerais de organização dos RPPS                                                                     | primária                                                     |
| Lei nº 9.796/1999                                                                       | compensação financeira entre regimes                                                                      | primária                                                     |
| Decreto nº 10.188/2019, art. 27                                                         | regulamentação da compensação RGPS/RPPS e RPPS/RPPS; revogou o Decreto nº 3.112/1999                      | primária regulamentar                                        |
| Lei nº 12.618/2012                                                                      | regime de previdência complementar federal                                                                | primária                                                     |
| Portaria MTP nº 1.467/2022, consolidação até 29/12/2025                                 | organização do RPPS, filiação, CTC, averbação e parâmetros gerais                                         | oficial consolidada; alta perecibilidade                     |
| Tabela de Aplicabilidade da EC nº 103/2019, MPS, 17/11/2025                             | separar normas gerais, União e matérias dependentes do ente                                               | institucional oficial                                        |
| GESCON, edições de 2026 usadas no volume                                                | orientação sobre reforma local, teto, filiação, CTC, destino e documentos                                 | orientação institucional; reconferir                         |
| Portaria MPS nº 1.400, de 27/5/2024, alterada pela Portaria MPS nº 3.717, de 22/11/2024 | procedimentos de compensação previdenciária                                                               | oficial; reconferir atualização                              |
| Acórdão TCU nº 679/2026-Plenário                                                        | cálculo nas transições dos arts. 4º e 20 da EC nº 103 para União                                          | jurisprudência primária; estado processual perecível         |
| Portaria Interministerial MPS/MF nº 13/2026                                             | teto do RGPS e faixas contributivas de 2026                                                               | oficial anual                                                |
| LC DF nº 769/2008, compilada                                                            | regra geral do RPPS/DF                                                                                    | primária local; reconferir alteração                         |
| LC DF nº 932/2017                                                                       | RPC do Distrito Federal                                                                                   | primária local                                               |
| Portaria PREVIC nº 173/2019                                                             | aprovação do plano e dos convênios que marcam a implantação operacional do RPC-DF                         | institucional regulatória; marco de 1º/3/2019                |
| LC DF nº 970/2020 e LC DF nº 1.054/2025                                                 | controle de superveniência sobre adequações contributivas do RPPS/DF                                      | primárias locais; contexto de controle, não citadas no corpo |
| LC DF nº 1.051/2025                                                                     | controle de superveniência financeira/custeio da LC nº 769 e da LC nº 932                                 | primária local; contexto de controle, não citada no corpo    |
| LC DF nº 1.067/2026                                                                     | disciplina previdenciária específica da PCDF                                                              | primária local; categoria específica                         |
| Página institucional do DF sobre RPC/Previc                                             | comprovação operacional do início do RPC-DF em 1º/3/2019                                                  | institucional local                                          |
| EC nº 136/2025                                                                          | marcos institucionais de regularidade/parcelamento quando pertinentes ao Caderno                          | primária; não é tabela de aposentadoria                      |

### Endereços oficiais

Constituição Federal: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

EC nº 103/2019: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)

EC nº 41/2003: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm)

EC nº 47/2005: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc47.htm)

LC nº 142/2013: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp142.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp142.htm)

LC nº 51/1985: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp51.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp51.htm)

Lei nº 9.717/1998: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9717.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9717.htm)

Lei nº 9.796/1999: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9796.htm)

Decreto nº 10.188/2019: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10188.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10188.htm)

Decreto nº 3.112/1999, revogado: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3112.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3112.htm)

Lei nº 12.618/2012: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm)

EC nº 136/2025: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc136.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc136.htm)

EC nº 103/2019 no MPS: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/ec103>

Tabela de aplicabilidade: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/ec103/tabela-de-aplicabilidade-da-ec-no-103-2019>

Portaria MTP nº 1.467/2022: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/destaques/portaria-mtp-no-1-467-de-02-junho-de-2022>

Legislação dos RPPS: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/legislacao-relacionada-aos-rpps>

Portarias RPPS: [https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias\\_secao](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias_secao)

Portaria MPS nº 3.717/2024, alteração da Portaria nº 1.400/2024: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/destaques/publicada-portaria-mps-no-3-717-de-22-de-novembro-de-2024-que-altera-a-portaria-mps-no-1-400-de-27-de-maio-de-2024>

GESCON fevereiro/2026 (XLII): <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/gescon/edicao-xlii-fevereiro-de-2026>

GESCON abril/2026 (XLIV): <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/gescon/edicao-xliv-abril-de-2026>

GESCON junho/2026 (XLVI): <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/gescon/edicao-xlvi-junho-de-2026>

GESCON julho/2026 (XLVII): <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/gescon/edicao-xxvii-julho-de-2026>

GESCON agosto/2026 (XLVIII): <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/gescon/informativo-gescon-edicao-xxviii-agosto-de-2026>

Acórdão TCU nº 679/2026: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/doc/acordao-completo/679/2026/Plen%C3%A1rio>

LC DF nº 769/2008: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58020/LC\\_769.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/58020/LC_769.html)

LC DF nº 932/2017: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/077424e49bed461dbc28189624fc1950/LC\\_Complementar\\_932\\_03\\_10\\_2017.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/077424e49bed461dbc28189624fc1950/LC_Complementar_932_03_10_2017.html)

Portaria PREVIC nº 173/2019 e marco institucional do RPC-DF: <https://www.dfprevicom.com.br/institucional/a-df-previcom>

DF-PREVICOM, informações operacionais do plano/RPC: <https://www.dfprevicom.com.br/informe-se/perguntas-frequentes>

LC DF nº 970/2020: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d076c6a68482483da41e8ff73df18a86/LC\\_Complementar\\_970\\_08\\_07\\_2020.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/d076c6a68482483da41e8ff73df18a86/LC_Complementar_970_08_07_2020.html)

LC DF nº 1.054/2025: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/fd75da819f5e4f4fb91cf656c73ef0b0/LC\\_1054\\_2025.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/fd75da819f5e4f4fb91cf656c73ef0b0/LC_1054_2025.html)

LC DF nº 1.051/2025: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ff30b24d62274a0cbe7dc4300525106d/LC\\_1051\\_2025.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ff30b24d62274a0cbe7dc4300525106d/LC_1051_2025.html)

LC DF nº 1.067/2026: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c9e880fa760f48aba6fd5ff8f93a60be/LC\\_1067\\_2026.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/c9e880fa760f48aba6fd5ff8f93a60be/LC_1067_2026.html)

# Dados editoriais, identificadores e referência acadêmica

Metadados consolidados da edição para identificação bibliográfica, catalogação e citação.

## DADOS CATALOGRÁFICOS PROVISÓRIOS

### BRAGA, Paulo Henrique Alves.

Guia dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e da CTC 2026: Ente, vínculo, regras locais, CTC, averbação, contagem recíproca e compensação previdenciária / Paulo Henrique Alves Braga. - Brasília, DF: Paulo Henrique Alves Braga, 2026.

Guias Jurídicos Previdenciários; v. 09. 1ª edição. Atualização: set. 2026.

Descrição física: 1 recurso eletrônico (43 p.), formato PDF.

Assuntos: Previdência social; Regime Próprio de Previdência Social (RPPS); Certidão de Tempo de Contribuição (CTC); Contagem recíproca; Compensação previdenciária.

Autor: Paulo Henrique Alves Braga - OAB/DF nº 48.137. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8111-0856>

ISBN: 978-65-02-36931-9 DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.22753850> Licença: CC BY-NC-ND 4.0  
Site: <https://bibliotecajuridicaphab.com.br/vol-09.html> Contato: [bibliotecajuridicaphab@gmail.com](mailto:bibliotecajuridicaphab@gmail.com)

Nota: estes dados catalográficos são provisórios para controle editorial. A ficha catalográfica definitiva, com responsabilidade técnica e classificação bibliográfica, será inserida antes da publicação.

## Como citar este guia

BRAGA, Paulo Henrique Alves. Guia dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e da CTC 2026: Ente, vínculo, regras locais, CTC, averbação, contagem recíproca e compensação previdenciária. 1. ed. Brasília, DF: Paulo Henrique Alves Braga, 2026. (Guias Jurídicos Previdenciários, v. 09). E-book. Atualização: set. 2026. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.22753850>.

Citação no texto: (BRAGA, 2026).

Se mais de um volume da coleção for citado no mesmo trabalho, diferencie as obras do mesmo autor e ano como 2026a, 2026b etc., conforme a ordenação da lista de referências.

Versão on-line prevista: <https://bibliotecajuridicaphab.com.br/vol-09.html>. DOI reservado: <https://doi.org/10.5281/zenodo.22753850>.  
Publicação condicionada à ficha catalográfica definitiva e à homologação final.

## Responsabilidade editorial

Autoria, coordenação editorial e revisão técnica de mérito: Paulo Henrique Alves Braga. Publicação autoral independente: Paulo Henrique Alves Braga.

© 2026 Paulo Henrique Alves Braga. Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional, CC BY-NC-ND 4.0. Conteúdo informativo; não substitui análise jurídica individualizada.